

Medidas Legislativas Conexas com os Sistemas Educativo e de Formação Profissional

1948	<i>Novo estatuto do Ensino Técnico Industria e Comercial</i>	<i>DL 37029/48 de 29.8</i>	(1)
1962	Cria o Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra [FDMO]	DL 44506/62 de 10.8	(2)
1962	Cria o Instituto de Formação Profissional Acelerada [IFPA]	DL 44538/62 de 23.8	(2)
1965	Cria o Centro Nacional de Formação de Monitores [CNFM]	DL 47173/65 de 23.1	(2)
1968	Cria o Serviço de Formação Profissional [SFP]	DL 48275/68 de 14.3	(2)
1976	Nova Constituição da República Portuguesa	Decreto de aprovação da Constituição de 10.4	
1977	Extingue a Junta Nacional da Educação	DL 70/77 de 25.2	
1977	Cria serviços regionais no Ministério da Educação e Investigação Científica	DL 137/77 de 6.4	
1977	Cria no Ministério da Educação e Investigação Científica a Direcção-Geral de Extensão Educativa	DL 478/77 de 15.11	
1978	Revê a Lei Orgânica do Ministério do Trabalho	DL 47/78 de 21.3	(2)
1979	Cria o Instituto do Emprego e Formação Profissional [IEFPI]	DL 519-A2/79 de 29.12	(2)
1979	Cria o Instituto Português de Ensino à Distância	DL 519-V1/79 de 29.12	
1980	<i>Cria o 12º ano, via de ensino e via profissionalizante</i>	<i>DL 240/80 e Portaria 420/80 de 19.7</i>	(1)
1982	Cria o Conselho Nacional de Educação no Ministério da Educação e das Universidades	DL 125/82 de 22.4	
1982	Regulamenta o Instituto do Emprego e Formação Profissional	DL 193/82 de 20.5	(2)
1983	<i>Cria os cursos técnico-profissionais e profissionais</i>	<i>Despacho 88/ME/83 de 1.10</i>	(1)
1984	Cria o Sistema de Formação Profissional em Regime de Alternância (sistema de aprendizagem)/Estabelece o seu regime jurídico	DL 102/84 de 29.3	(2)
1985	Define o regime jurídico dos apoios à formação em cooperação	DL 165/85 de 16.5	(2)
1985	Revê o enquadramento do IIEFP	DL 147/85 de 12.7	(2)
1985	Revê o regime jurídico do sistema de aprendizagem	DL 338/85 de 21.8	(2)
1985	Estabelece normas relativas aos Cursos de Formação Profissional e Técnico-Profissional	DN 3/86 de 7.1	
1986	Lei de Bases do Sistema Educativo [LBSE]	DL 46/86 de 14.10	
1986	Revê a orgânica do IIEFP	Portaria 656/86 de 14.11	(2)
1987	Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Educação e Cultura	DL 3/87 de 3.11	
1987	Revê a Lei Orgânica do Ministério da Educação	DL 80/87 de 19.2	
1988	Determina a credenciação para acções de formação profissional	DN 41/88 de 1.6	(2)
1988	Define o estatuto do formando	DL 242/88 de 7.7	(2)

1988	Cria o Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional (GETAP)	DL 397/88 de 8.11	
1988	Revê o regime jurídico da Formação em Alternância (Sistema de Aprendizagem)	DL 436/88 de 23.11	(2)
1989	Cria as Escolas Profissionais e estabelece o seu regime jurídico	DL 26/89 de 21.1	
1989	Define prioridades para os apoios a formação profissional	DN 87/89 de 12.9	(2)
1989	Reestruturação curricular prevista na lei de Bases do Sistema Educativo	DL 286/89 de 29.8	
1989	Define a formação contínua como condição para progresso na carreira docente	DL 344/89 de 11.10	
1989	Estabelece a lei orgânica das direcções regionais de Educação	DL 361/89 de 18.10	
1991	Estabelece o enquadramento legal da Educação de adultos, criada pela IB5E (ensino recorrente e Educação extra-escolar)	DL 74/91 de 9.2	
1991	Lei Orgânica do ME55 - cria a Direcção-Geral do Emprego e Formação Profissional	DL 83/91 de 20.2	(2)
1991	Define prioridades para os apoios à formação profissional	DN 67/91 de 25.3	(2)
1991	Define o regime jurídico dos apoios à formação profissional	DN 68/91 de 25.3	(2)
1991	Cria nos estabelecimentos de Educação e ensino públicos os serviços de Psicologia e Orientação (SPO)	DL 190/91 de 17.5	
1991	Define o regime dos cursos de pré-aprendizagem (sistema de aprendizagem)	DL 383/91 de 9.10	(2)
1991	Define o quadro legal da formação profissional e da formação profissional inserida no mercado de emprego	DL 401/91 de 16.10 DL 405/91 de 16.10	(2)
1992	Estabelece o regime jurídico da certificação profissional	DL 95/92 de 23.5	(2)
1992	<i>Define o regime de avaliação nas escolas profissionais e estabelece as disposições a observar na avaliação dos alunos.</i>	<i>Portaria nº 423/92</i>	
1992	Revê a estrutura orgânica do IIEFP	Portaria 728-A/92 de 20.7	(2)
1993	Cria o Observatório do Emprego e Formação Profissional [OEFP]	Portaria 180/93 de 16.2	(2)
1993	<i>Revê o regime jurídico das Escolas Profissionais</i>	<i>DL 70/93 de 10.3</i>	(1)
1993	Nova lei Orgânica das Direcções Regionais de Educação	DL 141/93 de 26.4	
1993	Define o novo quadro orgânico do Ministério da Educação	DL 133/93 de 26.4	
1993	Regulamenta a promoção, organização e funcionamento da formação profissional especial	DN 140/93 de 6.7	
1994	Regula os apoios ao emprego e formação profissional no âmbito do FSE, QCA II	DR 15/94 de 6.7	(2)
1994	Regulamenta o exercício da actividade do formador	DR 66/94 de 18.11	(2)
1995	<i>Cria os cursos de Educação-formação</i>	<i>Portaria 1272/95 de 25.10</i>	(1)
1996	Cria o programa "Escolas-oficinas"	Portaria 414/96 de 24.8	(2)
1996	Revê a Lei Orgânica do Ministério para a Qualificação e o	DL 147/96 de 28.8	(2)

Emprego

1996	Revê o regime jurídico da Formação em Alternância (sistema de aprendizagem)	DL 205/96 de 25.10	(2)
1996	Revê os apoios ao emprego e formação profissional no âmbito do FSE, QCA II;	DR 15/96 de 23.11	(2)
1997	Define os processos e critérios de financiamento	Portaria 745-A/96 de 16.12; DN 53-A/96 de 16.12	(2)
1997	Revê o enquadramento do IEFP	Portaria 297/97 de 6.5	(2)
1997	Cria o Instituto para a Inovação na Formação [Inofor]	DL 115/97 de 12.5	(2)
1997	Cria o processo de acreditação referente às entidades que recorrem ao FSE	Portaria 782/97 de 29.8	(2)
1998	<i>Revê o regime jurídico das escolas profissionais e o seu sistema de financiamento</i>	<i>DL 4/98 de 8.1</i>	<i>(1)</i>
1998	Cria o Instituto Nacional de Acreditação da Formação de Professores [Inafop], no âmbito do ME	DL 290/98 de 17.9	
1998	Cria o Grupo de Missão para o Desenvolvimento da Educação e da Formação de Adultos	Resolução do Conselho de Ministros 92/98 de 25.6	
1998	Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da Educação pré-escolar e dos ensino básico e secundário, bem como dos respectivos agrupamentos	DL 115-A/98 de 4.5	
2000	<i>Cria o novo quadro regulamentar de acesso ao FSE</i>	<i>DR 12 A/2000</i>	<i>(1)</i>

Fonte: Adaptado a partir de (CEDEPOF, 1999)

NOTA:

DIPLOMAS A AZUL DIZEM RESPEITO AO ENSINO TÉCNICO. (1)
DIPLOMAS A VERMELHO DIZEM RESPEITO À FORMÃO PROFISSIONAL TUTELADA PELO MTS. (2)
DIPLOMAS A NEGRO DIZEM RESPEITO À EDUCAÇÃO E OUTROS TEMAS.